

Mês	Tipo	Obra	Adjudicatário	Adjudicação	Valor	Prazo execução
Outubro	Ajuste directo com consulta	Bairro de Alcoitão Rua Vasco Santana, 39-3.º	Francisco Paulino	09-11-2007	4.657,34	12 dias
Outubro	Ajuste directo com consulta	Encosta da Carreira bloco 10-2.º C	Francisco Paulino	09-11-2007	4.294,24	20 dias
Outubro	Ajuste directo com consulta	Bairro Matos Cherrinhos lote 139 — r/c esq.	EDB	12-11-2007	24.348,48	45 dias
Novembro	Ajuste directo com consulta	Bairro de Manique, Lote 3 — R/C Dto.	Jectwork	23-11-2007	2.681,21	10 dias
Novembro	Ajuste directo com consulta	Bairro Novo do Pinhal, bloco 28-2.º esq.	Francisco Paulino	30-11-2007	3.140,04	15 dias
Novembro	Ajuste directo com consulta	Praça central do bairro novo do pinhal	Francisco Paulino	30-11-2007	1.313,22	10 dias
Novembro	Ajuste directo com consulta	Bairro Marechal Carmona lote 11	Braizinha	04-12-2007	16.022,50	30 dias
Novembro	Ajuste directo com consulta	Bairro Marechal Carmona lote 7	Jectwork	04-12-2007	22.300,91	30 dias
Novembro	Ajuste directo com consulta	Bairro da Torre, 830-2.º Dto	Francisco Paulino	04-12-2007	4.950,00	30 dias
Novembro	Ajuste directo com consulta	Bairro de S. José bloco 1 — r/c norte	Jectwork	11-12-2007	7.566,00	15 dias
Dezembro	Ajuste directo com consulta	Bairro da Torre N.º 66 3.º Dto.	Francisco Paulino	20-12-2007	8.084,00	15 dias
Dezembro	Ajuste directo com consulta	Bairro Novo do Pinhal,	Braizinha	20-12-2007	34.273,00	15 dias
Dezembro	Ajuste directo com consulta	Bairro de Alcoitão	Precoop	20-12-2007	6.010,00	10 dias
Dezembro	Ajuste directo com consulta	Bairro Cruz da Guia N.º 12 1.º B	Jectwork	20-12-2007	815,00	5 dias
Dezembro	Ajuste directo com consulta	Bairro de Brejos Rua de Torres lote 53 r/c esq.	Jectwork	20-12-2007	815,00	5 dias

2 de Junho de 2008. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria da Conceição de Melo Paes de Vasconcelos Carp.*

MERVAL — EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO DE MERCADOS E DE PROMOÇÃO DE PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, E. M.

Relatório n.º 18/2008

Sede social: Loteamento Industrial de Constantim, Lote 158, 5000-082 Vila Real

Capital social: € 4 184 914,36.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Real sob o n.º 12.

Relatório e Contas 2007

Actividade Empresarial

No âmbito das suas competências a Merval E.M. desenvolveu um conjunto de actividades que visam por um lado manter a operacionalidade das infra-estruturas sob a sua alçada, nomeadamente o Loteamento Industrial, o Mercado Municipal as feiras de gado de Lordelo e Sr.ª da Pena, o recinto da feira e o Ninho de Empresas. Nesse âmbito foram promovidas um conjunto de acções que visam a sua manutenção em moldes competitivos, por um lado e por outro dar resposta às necessidades correntes de operadores e empresários que as utilizam no desenvolvimento normal das suas actividades.

No Mercado Municipal de Vila Real foram efectuadas as seguintes obras de manutenção:

- Substituição do tubo de queda e da lage das águas fluviais;
- Colocação da tela asfáltica no piso;
- Reparação do *pladur* e pintura do mesmo;
- Regularização do piso e colocação dos mosaicos;
- Pintura do tecto do talho;
- Pintura das paredes interiores.

Além disso colocou-se uma porta de vidro automática, no piso intermédio para evitar correntes de ar no Inverno, criando assim melhores condições aos lojistas.

Foram ainda efectuadas reparações de pequena monta mas fundamentais para a boa operacionalidade do mercado.

A semelhança de anos anteriores promovemos a decoração do recinto, com motivos natalícios, no sentido de apoiar os comerciantes, numa importante época de actividade de consumo, melhorando desta forma a notoriedade do mercado municipal e consequentemente a sua atratividade comercial.

No Loteamento Industrial continuamos com os habituais procedimentos de manutenção das infra-estruturas e que possibilitam o seu bom funcionamento, nomeadamente, arranjo de passeios, jardins, limpeza de arruamentos e sarjetas, etc.

Nas Feiras de Gado de Lordelo e Sr.ª da Pena para além da gestão corrente no âmbito da organização das feiras, monitorizamos a qualidade dos recintos, promovendo em permanência os necessários arranjos no sentido de os manter em óptimas condições operacionais.

Em relação ao Ninho de Empresas de Vila Real organizou-se o evento de comemorações do seu 1.º aniversário, sendo o seu ponto alto a conferência de imprensa onde se fez um balanço deste primeiro ano de actividades.

Ainda neste período houve uma reunião da Comissão de Análise de Candidaturas ao Ninho de Empresas de Vila Real que deu origem à incubação de 3 novas empresas.

No âmbito do Projecto Interreg participamos em diversas reuniões de trabalho da programação e implementação das acções previstas.

Participamos no 9.º Salão Internacional de Logística de Barcelona onde estivemos com a promoção do centro logístico transfronteiriço.

Ainda no âmbito da implementação da candidatura “Logística Transfronteiriça” deu-se abertura do concurso público para a empreitada de concepção/ construção do centro transfronteiriço de serviços logísticos de Vila Real foi aprovada, em reunião do Executivo Camarário, de 27 de Setembro, e arranque das respectivas obras.

Pretende-se com este Centro lançar as bases de uma estratégia regional, em torno dos sectores da logística e das tecnologias da informação, comunicação e electrónica, privilegiando a complementaridade e o estabelecimento de parcerias entre a Câmara Municipal de Vila Real, a Merval e a UTAD, entre outras.

O CTSLVR (Centro Transfronteiriço de Serviços Logísticos de Vila Real) disponibilizará um conjunto de espaços que vão desde a loja e sala de exposições, até às salas administrativas, passando pela sala de formação e divulgação, laboratório e área de “incubação”, que acolherá, rotativamente, empresas que terão aí o seu espaço de funcionamento e trabalho. Tratando-se de um projecto comum às cidades de Vila Real e Benavente, o Centro será desdobrado em dois espaços físicos, situados um em cada cidade, cujos serviços serão determinados em função das

necessidades dos utilizadores. Deste modo, será possível encontrar, em Vila Real, serviços mais orientados para as próprias empresas e associações do sector, na área da utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação.

No âmbito da candidatura “Logística Transfronteiriça” para a criação da nova ZENI (Zona Empresarial do Norte Interior), foi lançado o concurso limitado para a prestação de serviços de “Elaboração de projectos tendentes à criação da Nova Zona Empresarial de Vila Real. No seguimento do procedimento foi adjudicado o serviço à empresa Nacionalparque — Investimentos Industriais, Lda.

Os trabalhos propostos para o período em análise foram entregues e obrigaram, em consequência das conclusões tiradas, bem como a alterações de carácter legal aos projectos de loteamento, a uma reformulação estratégica do projecto, no sentido de, por um lado permitir a criação de uma nova e importante infra-estrutura para o desenvolvimento do concelho e por outro, minimizar ao máximo o risco do negócio, garantindo, na medida do possível, a sua viabilidade económica e financeira. Importa aqui realçar que a Merval E.M. apenas poderá desenvolver projectos se a sua auto sustentabilidade estiver assegurada com elevado grau de probabilidade.

O desenvolvimento da Futura ZENI, não impossibilita no entanto, devido às exigências do mercado de solo empresarial, e considerando a importância de preencher a lacuna da falta de terrenos infra-estruturados com estas características, num espaço temporal mais curto do que a criação da ZENI que se promovam investimentos que visem tal objectivo. Nesse sentido desenvolveu-se o Projecto para a Construção da 3.ª fase de Alargamento do Loteamento Industrial foi adjudicado à empresa Bernardo & Bernardo. O projecto de arquitectura já foi aprovado em reunião de Câmara as especialidades estão também concluídas, pensamos poder levar a concurso a obra no primeiro semestre de 2008.

Os lotes a criar neste Projecto de alargamento do loteamento industrial irão desanuviar a tensão existente sobre a procura, preparando de igual forma a chegada do novo loteamento. Esta preparação é importante, porque vai permitir testar a procura efectiva de solo empresarial no concelho.

Caracterização geral do Loteamento:

Área total dos lotes — 51 286,70 m²;

Custo estimado da obra — € 1 233 978.

Criou-se o Observatório do Comércio em Vila Real, este documento de trabalho visa enquadrar e propor soluções para a problemática do comércio retalhista em contexto urbano, mais concretamente da cidade de Vila Real. Os desenvolvimentos verificados na relação entre a cidade e o seu comércio, deixam razões e motivos acrescidos para que se criem medidas impulsionadoras globais articuladas visando uma maior dinâmica e revitalização do eixo comercial de que algo se terá de fazer com vista à revitalização do tecido comercial.

No âmbito das festas da cidade a Merval, E.M. assumiu a responsabilidade de organizar e controlar as Feiras de S. António e S. Pedro.

Apoiamos a organização dos seguintes eventos, que fazem parte da dinamização das festas:

Arte e moda no centro histórico;

15.º concurso nacional de gado maronês;

Feira do cavalo;

Marcha de St.º António;

Prémios da corrida da Feira de St.º António.

Recursos humanos

Durante o período em análise não se verificaram alterações ao quadro de pessoal quando comparado com igual período do ano anterior.

Comercial

As receitas da Merval E.M. são o produto de exploração da Feira, do Mercado Municipal, do Ninho de Empresas e da Feira de Gado de Lordelo e Sr.ª da Pena tendo os proveitos e ganhos operacionais atingido o valor de 362.604€.

Análise económica e financeira

Financiamento

Impossibilidade de recurso a financiamento externo;

Comparticipação financeira aos eventos (Feira de Gado, Feira do Cavalo, Encontro Equestre e Horse Ball) integrados nas Festas da Cidade — Transferência de 15.000 € do Município de Vila Real.

Demonstração dos resultados

O resultado operacional e corrente atingiram respectivamente, um valor negativo de 65.615 € e 66.142 €.

O volume de negócios foi de 320.529 €;

Os custos operacionais foram de 428.220 €, contudo o *cash-flow* da empresa registou um valor positivo de 36.571 €.

Os custos com o pessoal representaram aproximadamente 49% dos custos operacionais.

Balanço

Pela estrutura do balanço, pode observar-se que, em 2007, não se verificou nenhum endividamento.

Proposta de Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração, propõe que o resultado líquido negativo do exercício de 2007, no valor de 47.853,73 €, tenha a seguinte aplicação:

Resultado Transitado — 47.853,73 €

18 de Março de 2008. — O Conselho de Administração: *Domingos José Monteiro Madeira Pinto — Albertino Azevedo do Fundo — Fernando de Sousa Cardoso.*

Balanço em 31 de Dezembro de 2007

(Em euros)

Códigos das contas POC	Activo	Exercícios			
		2007		2006	
		Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:					
Imobilizações incorpóreas:					
431	Despesas de instalação	20 945	20 945		
433	Propriedade industrial e outros direitos	95 483	18 920	76 563	81 337
441/6	Imobilizações em curso				
		<u>116 428</u>	<u>39 865</u>	<u>76 563</u>	<u>81 337</u>
Imobilizações corpóreas:					
421	Terrenos e recursos naturais	1 113 093		1 113 093	1 113 093
422	Edifícios e outras construções	3 398 876	261 093	3 137 783	3 206 007
425	Ferramentas e utensílios	42 253	13 812	28 441	33 367
426	Equipamento administrativo	35 090	15 356	19 735	23 275
429	Outras imobilizações corpóreas	16 142	7 017	9 125	3 948
441/6	Imobilizações em curso	109 925		109 925	85 000
		<u>4 715 380</u>	<u>297 277</u>	<u>4 418 102</u>	<u>4 464 690</u>

(Em euros)

Códigos das contas POC	Activo	Exercícios			
		2007		2006	
		Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido
	Dívidas de terceiros — Curto prazo:				
211	Clientes, c/c	39 000		39 000	35 254
24	Estado e outros entes públicos	4 682		4 682	4 109
262+266+267+268+221	Outros devedores	99 006		99 006	74 972
		<u>142 688</u>		<u>142 688</u>	<u>114 334</u>
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13+14	Depósitos bancários	57 170		57 170	101 871
11	Caixa	737		737	1 296
		<u>57 906</u>		<u>57 906</u>	<u>103 166</u>
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	150		150	
272	Custos diferidos	2 925		2 925	2 253
		3 074		3 074	2 253
	<i>Total de amortizações</i>		337 142		
	<i>Total de provisões</i>				
	<i>Total do activo</i>	<u>5 035 476</u>	<u>337 142</u>	<u>4 698 334</u>	<u>4 765 781</u>

(Em euros)

Códigos das contas POC	Capital próprio e passivo	Exercícios	
		2007	2006
	Capital próprio:		
51	Capital	4 184 914	4 184 914
571	Reservas legais	8 703	4 951
575	Subsídios	62 849	62 849
59	Resultados transitados	— 10 414	— 44 181
	<i>Subtotal</i>	<u>4 246 052</u>	<u>4 208 534</u>
88	Resultado líquido do exercício	— 47 854	37 519
	<i>Total do capital próprio</i>	<u>4 198 199</u>	<u>4 246 052</u>
	Passivo:		
	Dívidas a terceiros — Curto prazo:		
221	Fornecedores, c/c	41 152	25 639
2611	Fornecedores de imobilizado	37	10 271
24	Estado e outros entes públicos	17 948	24 362
26	Outros credores	13 769	6 750
		<u>72 906</u>	<u>67 022</u>
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	31 185	30 852
274	Proveitos diferidos	396 044	421 854
		<u>427 229</u>	<u>452 706</u>
	<i>Total do passivo</i>	<u>500 135</u>	<u>519 727</u>
	<i>Total do capital próprio e do passivo</i>	<u>4 698 334</u>	<u>4 765 781</u>

O Conselho de Administração: Domingos José Monteiro Madeira Pinto — Fernando de Sousa Cardoso — Albertino Azevedo do Fundo. — A Técnica Oficial de Contas, Sandra Maria Gomes Torres Galego.

Demonstração dos resultados de 2007

(Em euros)

Códigos das contas POC	Descrição	Exercícios	
		2007	2006
	Custos e perdas		
62	Fornecimentos e serviços externos	133 423	120 854

(Em euros)

Códigos das contas POC	Descrição	Exercícios	
		2007	2006
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	173 813	166 426
643+644+645	Encargos sociais	32 969	28 797
646/8	Outros	2 963	2 768
66	Amortizações e ajustamentos do exercício	84 425	82 536
63	Impostos	512	577
65	Outros custos perdas operacionais	114	114
	<i>(A) Custos e perdas operacionais</i>	428 220	402 072
681+685+686+687+688	Juros e custos similares:		
	Outros	540	236
	<i>(C) Custos e perdas correntes</i>	428 760	402 308
69	Custos e perdas extraordinários	7 029	7 508
	<i>(E) Custos e perdas do exercício</i>	435 789	409 816
86	Impostos sobre o rendimento do exercício	481	527
	<i>(G) Custos totais</i>	436 271	410 343
88	Resultado líquido do exercício	-47 854	37 519
		388 417	447 862
	Proveitos e ganhos		
72	Prestação de serviços	320 529	300 915
73	Proveitos suplementares	3 063	27
74	Subsídios à exploração	39 012	120 571
	<i>(B) Proveitos e ganhos operacionais</i>	362 604	421 513
7811+7813+7814+7818+ 785+786+787+788	Outros juros e proveitos similares:		
	Outros	14	14
	<i>(D) Proveitos e ganhos correntes</i>	362 619	421 513
79	Proveitos e ganhos extraordinários	25 798	26 348
	<i>(F) Proveitos totais</i>	388 417	447 862

Resumo:

Resultados operacionais (B) – (A) =	-65 615	19 441
Resultados financeiros (D-B) – (C-A) =	- 526	- 236
Resultados correntes (D) – (C) =	-66 142	19 205
Resultados antes de impostos (F) – (E) =	-47 372	38 046
Resultado líquido do exercício (F) – (G) =	-47 854	37 519

O Conselho de Administração: *Domingos José Monteiro Madeira Pinto — Albertino Azevedo do Fundo — Fernando de Sousa Cardoso.* — A Técnica Oficial de Contas, *Sandra Maria Gomes Torres Galego.*

Certificação legal das contas**Introdução**

1 — Examinámos as demonstrações financeiras da Merval — Empresa Municipal de Gestão de Mercados e de Promoção de Projectos de Desenvolvimento Local, E.M., as quais compreendem o Balanço de 4 698 334 euros e um total de capital próprio de 4 198 199 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 47 854 euros, a Demonstração dos resultados por naturezas e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 — É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparar de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e dos fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de actividades com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Merval — Empresa Municipal de Gestão de Mercados e de Promoção de Projectos de Desenvolvimento Local, E.M. em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

18 de Março de 2008. — Baptista da Costa & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas representada por *Paulo Fernando da Silva Pereira*, ROC.

Parecer do fiscal único

1 — Em cumprimento do disposto na alínea g) do artigo 28.º da lei 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e nos Estatutos da Merval — Empresa Municipal de Gestão de Mercados e de Promoção de Projectos de Desenvolvimento Local, E.M. (adiante designada por Merval), apresentamos o nosso Parecer sobre o Relatório e Contas anuais apresentados pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2007.

2 — No desempenho das funções de Fiscal Único acompanhámos a actividade desenvolvida pela Merval, através da análise da informação financeira, dos esclarecimentos prestados quer pelo Conselho de Administração quer pelos Serviços e da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração e dos contactos com os respectivos membros. Efectuámos os procedimentos julgados necessários ao exercício das nossas funções, bem como verificamos a observância da lei e dos estatutos, não tendo chegado ao nosso conhecimento situações de incumprimento de tais preceitos. Considerando o facto de o resultado operacional acrescido dos encargos financeiros se apresentar negativo em 66 155 euros, deverá tomar-se em consideração o disposto no n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, o qual prevê a realização de uma transferência a cargo dos Sócios com vista a equilibrar os resultados de exploração do exercício.

3 — Analisámos igualmente os documentos de prestação de contas preparados em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade (Balanço, Demonstração de Resultados, Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados e Demonstração dos Fluxos de Caixa) bem como o relatório sobre a execução anual do plano de investimentos e o Relatório do Conselho de Administração, tendo concluído que os mesmos possibilitam uma adequada compreensão, quer da posição financeira da Merval em 31 de Dezembro de 2007, quer do modo como se desenrolam as actividades e se formou o resultado no período acima referido.

4 — Elaborámos, para além do Parecer sobre a Informação Financeira referente ao primeiro semestre de 2007 e do Parecer sobre o Plano de Actividades e Orçamento para 2008, o Relatório relativo à fiscalização anual e a Certificação Legal das Contas decorrente do exame efectuado a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

5 — Cumpre-nos assinalar o apoio e a colaboração recebidos do Conselho de Administração, do Director Geral e dos Serviços na disponibilização da informação e na prestação dos esclarecimentos considerados necessários ao desempenho das nossas funções.

6 — Como consequência do trabalho efectuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de parecer que:

- a) O Relatório apresentado pelo Conselho de Administração deve ser aprovado;
- b) As Contas apresentadas pelo Conselho de Administração devem ser aprovadas;
- c) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração deve ser aprovada.
- d) Deve ser dado cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro.

18 de Março de 2008. — Baptista da Costa & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Paulo Fernando da Silva Pereira*, ROC.

300338056

**PARTE I****ORGANISMOS AUTÓNOMOS****ÁGUAS DO MINHO E LIMA, S. A.****ANÚNCIO DE CONCURSO****SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE****I.1) DESIGNAÇÃO, ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO**

Designação Oficial:
Águas do Minho e Lima, S. A.
Endereço postal:
Edifício Active Center — Praça do Alto Minho.
Localidade:
Viana do Castelo.
Código postal:
4900-432
País:
Portugal.
À atenção de:
Direcção de Engenharia.
Telefone:
(351)258810400
Correio Electrónico:
adml@adml.pt
Fax:
(351)258810401
Mais informações podem ser obtidas no seguinte endereço:
Ver «pontos de contacto».
Caderno de encargos e documentos complementares (incluindo documentos para diálogo concorrencial e para um Sistema de Aquisição Dinâmico) podem ser obtidos no seguinte endereço:
Ver «pontos de contacto».

As propostas ou pedidos de participação devem ser enviados para o seguinte endereço:
Ver «pontos de contacto».

I.2) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE E SUAS PRINCIPAIS ACTIVIDADES

Outro: Empresa Pública.
Ambiente.
A entidade adjudicante está a contratar por conta de outras entidades adjudicantes
Não.

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONTRATO**II.1) DESCRIÇÃO**

II.1.1) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante
Empreitada de Execução do “Subsistema de Abastecimento de Água de São Jorge. Travessias em pontes”.

II.1.2) Tipo de contrato e local da realização das obras, da entrega dos fornecimentos ou da prestação de serviços
a) Obras.
Execução.
Principal local de execução, de entrega ou da prestação dos serviços:
Concelhos de Caminha, Ponte da Barca e Viana do Castelo
Código NUTS: PT111

II.1.3) O anúncio implica:
Um contrato público.

II.1.5) Breve descrição do contrato ou das aquisições
Realização dos trabalhos de construção civil, fornecimento e montagem dos equipamentos hidromecânicos, obras acessórias e ensaios e arranque de exploração, das infra-estruturas mencionadas no ponto II.2.1.

II.1.6) Classificação CPV (vocabulário comum para os contratos públicos)
Objecto principal
Vocabulário principal: 45232150
Objectos complementares
Vocabulário principal: 28863000
Vocabulário principal: 33252400
Vocabulário principal: 28862500